

Catástrofes ecológicas e crescimento econômico

11-03-2000

[Dirigentes podem não adotar precaução, se desastres ambientais ajudarem o desempenho da economia]

[Escandinávia pode ser justamente a exceção que confirma a regra]

A consciência sobre a gravidade dos estragos ambientais provocados pelo crescimento econômico moderno começou a emergir na década de 1960, e seus primeiros desdobramentos práticos só apareceram no início da década seguinte, com o combate às formas mais aberrantes de poluição. Paralelamente, evoluiu de forma bem contraditória a opinião pública: não para de crescer o número de pessoas que se declara a favor de severas medidas de proteção e controle, mas aumenta em proporção semelhante o número das que se queixam do custo que tais políticas impõem às empresas, aos contribuintes e aos consumidores.

Tudo isso dá origem a complicados e hesitantes processos decisórios sobre leis ambientais e a negociações ainda mais complexas para regulamentá-las e aplicá-las. Mesmo excelentes peças legislativas viram letra morta quando há cizânia entre os principais atores envolvidos: agências ambientais de governo, empresariado e ambientalistas. E o pior é que essas duas dinâmicas também não resultam em efetiva integração entre políticas ambientais e políticas econômicas. Uma integração que só pode ocorrer pela incorporação das restrições e oportunidades econômicas nas políticas ambientais e das restrições e oportunidades ambientais nas políticas econômicas. Bons exemplos são as profundas reformas tributárias guiadas por preocupações ecológicas que alguns países escandinavos começaram a realizar nos últimos anos. Mas nada de parecido está ocorrendo nos três principais pólos da economia mundial – EUA, UE e Japão – com a notável exceção da Holanda.

É muito cedo, portanto, para que se possa tirar conclusões sobre a capacidade de reação das sociedades contemporâneas aos riscos de catástrofes ambientais. O que não chegaria a ser assustador se não houvesse a certeza de que a humanidade estará cavando seu próprio túmulo enquanto não puder controlar o aquecimento global e a erosão da diversidade biológica. Estes não são os únicos riscos ecológicos globais, mas são os mais sérios e abrangentes. Por isso, qualquer tipo de otimismo só pode se basear na esperança de que a comunidade internacional conseguirá lidar com o aquecimento global e a perda de biodiversidade com eficácia comparável ao conserto que está fazendo na camada de ozônio.

Como se sabe, desabou a produção de CFC, fazendo com que as concentrações dessas substâncias logo se estabilizassem e passassem a diminuir. O problema é que as circunstâncias que favoreceram a formação de consensos e a efetiva aplicação do Protocolo de Montreal, de 1987, estão ausentes das negociações sobre os dois mais graves problemas ambientais globais. Mesmo que o Protocolo tenha sido o primeiro tratado internacional a consagrar o princípio da precaução, seus efeitos só foram efetivos após o encontro de Londres, em 1990, quando já havia certeza de que o estrago não afetava apenas a Antártida, mas também o hemisfério norte. Não havia mais dúvida de que os riscos de câncer de pele eram bem superiores no Primeiro Mundo do que na periferia. Os custos de reparação não eram muito altos. Já havia bom acúmulo

tecnológico sobre as possibilidades de substituir os CFC. E a fiscalização sobre o cumprimento dos acordos também não seria cara, pois a produção sempre foi concentrada em poucos países.

Há cinco razões para pensar que ocorre o inverso com o aquecimento global. Demorou muito para que se formasse um razoável consenso de que o problema realmente existe. As melhores previsões sobre os impactos da mudança climática só são realmente trágicas para alguns países da periferia. Os custos do controle das emissões são altíssimos, principalmente para os países do Primeiro Mundo. Ainda não existe razoável acúmulo tecnológico para substituir as fontes fósseis (com a exceção da energia nuclear, o que seria despir um santo para vestir o outro). E alguns desastres ecológicos recentes ocorridos no Primeiro Mundo - como o derrame de petróleo somado a dois arrasadores vendavais que afetaram a França no final de 1999 - tiveram impacto positivo sobre o crescimento econômico e a criação de empregos. Ou seja, as elites dirigentes dos países mais avançados podem não encontrar a determinação e firmeza que demonstraram na questão do ozônio. Se parte dos desastres classificados como “catástrofes ecológicas” terminarem por melhorar o desempenho econômico desses países, em vez de entorpecê-lo, tomadores de decisão serão mais atraídos por essa espécie de “perversão keynesiana”, do que estimulados a assumir o princípio da responsabilidade, pondo em prática o princípio da precaução. O que ajudaria a explicar a lentidão com que os governos dos EUA, do Japão e dos principais países da UE estão promovendo a integração de suas políticas econômicas e ambientais, em flagrante contraste com o discurso programático de seus líderes. A Escandinávia pode ser justamente a exceção que confirma a regra.